

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE
PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL**

EDITAL Nº 14/2008/PGDF/ESAF, DE 31 DE JANEIRO DE 2008 (*)

A PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL e a ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF, no uso de suas atribuições regimentais, observadas as disposições contidas no Edital nº 01/2006/PGDF/ESAF, de 14 de dezembro de 2006, regulador do concurso público para provimento de cargos de PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL e, em cumprimento ao disposto no item VI do Edital n. 12/2008/PGDF/ESAF, de 11/01/2008 (DODF de 15/01/2008), DIVULGAM, em anexo, a Lista contendo os pontos, de cada uma das disciplinas que compõem a Prova Oral, a serem sorteados na forma do item III, "c", do referido Edital n.12/PGDF/ESAF/2008.

TÚLIO MÁRCIO CUNHA E CRUZ ARANTES
Procurador-Geral do Distrito Federal

MAURO SÉRGIO BOGÉA SOARES
Diretor-Geral da ESAF

(*) Publicado no DODF n.23, de 01/02/2008 – págs. 89 a 92.

**ANEXO
CONCURSO PÚBLICO – PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL 2007/2008
PONTOS PARA A PROVA ORAL**

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ponto I - Aplicabilidade e Interpretação das Normas Constitucionais. Poder Judiciário: conceito, estrutura e atribuições. Órgãos do Poder Judiciário: composição e competências. Função jurisdicional. Garantias da Magistratura. Juizados Especiais.

Ponto II - Federalismo: conceito, histórico, direito comparado, evolução no Brasil. Organização Política do Brasil: União, Estados Federados e Municípios. Tipos de Competências. Repartição de Competências. Poder Executivo: conceito, estrutura, funcionamento e atribuições.

Ponto III - Poder Legislativo: conceito, estrutura, funcionamento e atribuições. Imunidades e Vedações Parlamentares. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Distrito Federal. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Estado de Defesa e Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública.

Ponto IV - Servidores Públicos: investidura, direitos, deveres, remuneração, aposentadoria e estabilidade. O Distrito Federal no Direito Constitucional. Lei Orgânica do Distrito Federal. Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções Essenciais à Justiça: Procuradoria-Geral do Distrito Federal (Leis Complementares nº 395/01 e nº 681/03) e Assistência Judiciária. Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Ponto V - Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais, coletivos, sociais, políticos e nacionalidade. Tutela Constitucional das Liberdades: Mandado de Segurança, Habeas Corpus, Habeas Data, Ação Popular, Mandado de Injunção e direito de petição. Ação Civil Pública. Organização dos Poderes do Estado. Conceito de Poder: separação, independência e harmonia.

Ponto VI - Poder Constituinte: conceito, finalidade, titularidade e espécies. Reforma da Constituição. Revisão Constitucional. Ato Jurídico Perfeito. Direito Adquirido. Coisa Julgada. Cláusulas Pétreas. Da ordem social. Seguridade social: conceito, objetivos e financiamento. Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Educação. Meio ambiente.

Ponto VII - Supremacia da Constituição. Controle de Constitucionalidade: conceito, espécies, sistemas sistema brasileiro. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Administração Pública: princípios constitucionais e seus desdobramentos.

Ponto VIII - Conceito de Constituição. Classificação das Constituições. Da Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica, política urbana, agrícola e fundiária. Reforma Agrária. Sistema Financeiro Nacional.

Ponto IX - Princípio Democrático. Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades. Ministros de Estado. Chefe de Estado e Chefe de Governo. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Processo Legislativo. Espécies normativas.

Ponto X - Princípio Republicano. Funções Essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia Privada e Defensoria Pública. Intervenção nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal.

DIREITO TRIBUTÁRIO e FINANCEIRO

PONTO I: Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais e princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. Imunidade e isenção: conceito, espécies, aspectos objetivos e subjetivos, alcance, interpretação.

PONTO II: Competência tributária. Competência tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e do Distrito Federal. Competência tributária residual. Conflito de competência.

PONTO III: Tributo: conceito, espécies: Impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições sociais ou parafiscais. Classificação: vinculados e não vinculados. Funções: fiscal, extrafiscal, parafiscal.

PONTO IV: impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Classificação dos impostos pelo critério da natureza do fato: sobre o comércio exterior, sobre o patrimônio e a renda, sobre a produção e a circulação, especiais. Outras classificações: diretos e indiretos, fixos e proporcionais, progressivos e regressivos. Da repartição de receitas tributárias.

PONTO V: Direito Tributário: conceito, natureza, fontes, finalidade. Normas gerais de Direito Tributário. Legislação tributária, vigência, aplicação, interpretação e integração. Normas complementares.

PONTO VI: Obrigação tributária. Conceito, natureza e espécies: principal e acessória. Hipótese de incidência e seus elementos: pessoal, espacial, temporal, material, quantitativo. Fato gerador e seus efeitos. Sujeitos da obrigação tributária. Substituição tributária. Convenções particulares. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores, de terceiros, dos sócios. Responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea.

PONTO VII: Crédito tributário. Conceito e natureza. Constituição do crédito tributário. Lançamento: natureza, modalidades: declaração, homologação, ofício. Eficácia, revisão, arbitramento. Suspensão do crédito tributário. Conceito. Moratória. Depósito. Reclamações e recursos. Liminar e tutela antecipada. Extinção do crédito tributário. Modalidades. Pagamento. Compensação. Transação. Remissão. Prescrição e decadência. Decisão administrativa e decisão judicial. Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia. Isenção e imunidade. Isenção e não-incidência. Isenção e remissão. Garantias e privilégios do crédito tributário. Fraude à execução. Preferências. Sigilo fiscal.

PONTO VIII: Administração tributária. Fiscalização. Certidões negativas. Inscrição em Dívida Ativa: Requisitos. Dívida Ativa: Liquidez e certeza. Contencioso administrativo em matéria tributária. Execução fiscal. Lei n.º 6.830/80. Medida Cautelar Fiscal. Lei n.º 8.397/92 e alterações posteriores. Lei n.º 8.137/90. Crimes contra a ordem tributária. Finanças Públicas: normas gerais e orçamentos. Receitas e Despesas Públicas.

PONTO IX: Impostos da Competência dos Estados e do Distrito Federal. Imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal (ICMS). Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação. Imposto sobre propriedade de veículos automotores.

PONTO X: Contencioso administrativo em matéria tributária. Execução fiscal. Lei n.º 6.830/80. Medida Cautelar Fiscal. Lei n.º 8.397/92 e alterações posteriores. Lei n.º 8.137/90. Crimes contra a ordem tributária. Finanças Públicas: normas gerais e orçamentos. Receitas e Despesas Públicas. Direito Tributário: conceito, natureza, fontes, finalidade. Normas gerais de Direito Tributário. Legislação tributária, vigência, aplicação, interpretação e integração. Normas complementares.

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

Ponto I. Recuperação judicial dos créditos tributários e não tributários - Exceção de pré-executividade - Embargos de Devedor, de Terceiros e à Penhora - Responsabilidade tributária e legitimidade processual - Citação. Partes e terceiros no processo judicial tributário. Lei de Execução Fiscal: Competência. Penhora. Intimação. Remição. Depósitos. Garantias. Alienação Judicial. Arrematação. Adjudicação. Suspensão. Extinção. Recursos. Processo administrativo tributário no Distrito Federal. Coexistência dos processos judicial e administrativo tributários. Decisão administrativa e decisão judicial.

Ponto II. Instauração do processo contencioso administrativo tributário. Formação da obrigação tributária. Métodos de apuração. Processo administrativo tributário no Distrito Federal. Coexistência dos processos judicial e administrativo tributários. Decisão administrativa e decisão judicial. Decisões proferidas no processo administrativo fiscal: efeitos. Recursos - administrativo e judicial. Medida Cautelar Fiscal: requisitos e efeitos. Medida liminar, tutela antecipada e suspensão de segurança em matéria tributária. Repetição de Indébito. Precatório.

Ponto III. Recuperação judicial dos créditos tributários e não tributários - Exceção de pré-executividade - Embargos de Devedor, de Terceiros e à Penhora - Responsabilidade tributária e legitimidade processual - Citação. Partes e terceiros no processo judicial tributário. Lei de Execução Fiscal: Competência. Penhora. Intimação. Remição. Depósitos. Garantias. Alienação Judicial. Arrematação. Adjudicação. Suspensão. Extinção. Recursos. Processo administrativo tributário no Distrito Federal. Coexistência dos processos judicial e administrativo tributários. Decisão administrativa e decisão judicial.

Ponto IV.: Instauração do processo contencioso administrativo tributário. Formação da obrigação tributária. Métodos de apuração. Processo administrativo tributário no Distrito Federal. Coexistência dos processos judicial e administrativo tributários. Decisão administrativa e decisão judicial. Decisões proferidas no processo administrativo fiscal: efeitos. Recursos - administrativo e judicial. Medida Cautelar Fiscal: requisitos e efeitos. Medida liminar, tutela antecipada e suspensão de segurança em matéria tributária. Repetição de Indébito. Precatório.

Ponto V.: Recuperação judicial dos créditos tributários e não tributários - Exceção de pré-executividade - Embargos de Devedor, de Terceiros e à Penhora - Responsabilidade tributária e legitimidade processual - Citação. Partes e terceiros no processo judicial tributário. Lei de Execução Fiscal: Competência. Penhora. Intimação. Remição. Depósitos. Garantias. Alienação Judicial. Arrematação. Adjudicação. Suspensão. Extinção. Recursos. Processo administrativo tributário no Distrito Federal. Coexistência dos processos judicial e administrativo tributários. Decisão administrativa e decisão judicial.

Ponto VI. Instauração do processo contencioso administrativo tributário. Formação da obrigação tributária. Métodos de apuração. Processo administrativo tributário no Distrito Federal. Coexistência dos processos judicial e administrativo tributários. Decisão administrativa e decisão judicial. Decisões proferidas no processo administrativo fiscal: efeitos. Recursos - administrativo e judicial. Medida Cautelar Fiscal: requisitos e efeitos.

Medida liminar, tutela antecipada e suspensão de segurança em matéria tributária. Repetição de Indébito. Precatório.

Ponto VII. Recuperação judicial dos créditos tributários e não tributários - Exceção de pré-executividade - Embargos de Devedor, de Terceiros e à Penhora - Responsabilidade tributária e legitimidade processual - Citação. Partes e terceiros no processo judicial tributário. Lei de Execução Fiscal: Competência. Penhora. Intimação. Remição. Depósitos. Garantias. Alienação Judicial. Arrematação. Adjudicação. Suspensão. Extinção. Recursos. Processo administrativo tributário no Distrito Federal. Coexistência dos processos judicial e administrativo tributários. Decisão administrativa e decisão judicial.

Ponto VIII. Instauração do processo contencioso administrativo tributário. Formação da obrigação tributária. Métodos de apuração. Processo administrativo tributário no Distrito Federal. Coexistência dos processos judicial e administrativo tributários. Decisão administrativa e decisão judicial. Decisões proferidas no processo administrativo fiscal: efeitos. Recursos - administrativo e judicial. Medida Cautelar Fiscal: requisitos e efeitos. Medida liminar, tutela antecipada e suspensão de segurança em matéria tributária. Repetição de Indébito. Precatório.

Ponto IX. Recuperação judicial dos créditos tributários e não tributários - Exceção de pré-executividade - Embargos de Devedor, de Terceiros e à Penhora - Responsabilidade tributária e legitimidade processual - Citação. Partes e terceiros no processo judicial tributário. Lei de Execução Fiscal: Competência. Penhora. Intimação. Remição. Depósitos. Garantias. Alienação Judicial. Arrematação. Adjudicação. Suspensão. Extinção. Recursos. Processo administrativo tributário no Distrito Federal. Coexistência dos processos judicial e administrativo tributários. Decisão administrativa e decisão judicial.

Ponto X. Instauração do processo contencioso administrativo tributário. Formação da obrigação tributária. Métodos de apuração. Processo administrativo tributário no Distrito Federal. Coexistência dos processos judicial e administrativo tributários. Decisão administrativa e decisão judicial. Decisões proferidas no processo administrativo fiscal: efeitos. Recursos - administrativo e judicial. Medida Cautelar Fiscal: requisitos e efeitos. Medida liminar, tutela antecipada e suspensão de segurança em matéria tributária. Repetição de Indébito. Precatório.

DIREITO CIVIL

Ponto I - Lei de Introdução ao Código Civil. Definição e Vigência da Lei. Eficácia da Lei no Tempo. Eficácia da Lei no Espaço. Interpretação da Lei. Integração do Ordenamento Jurídico. Aplicação da Lei e do Direito. Relações de Consumo: fundamento constitucional, relação jurídica de consumo, direitos básicos do consumidor, responsabilidade dos profissionais liberais, desconsideração da personalidade jurídica, prescrição e decadência.

Ponto II - Interpretação da Lei. Integração do Ordenamento Jurídico. Direitos da Personalidade: definição, origem, evolução e características. Das Pessoas Naturais: personalidade, capacidade e ausência. Contratos: disposições gerais e extinção.

Ponto III - Relações de Consumo: fundamento constitucional, relação jurídica de consumo, direitos básicos do consumidor, responsabilidade dos profissionais liberais, desconsideração da personalidade jurídica, prescrição e decadência. Interpretação da Lei. Integração do Ordenamento Jurídico. Das Pessoas Jurídicas: definição, espécies, existência legal e extinção.

Ponto IV - Interpretação da Lei. Integração do Ordenamento Jurídico. Obrigações: modalidades, transmissão, adimplemento, inadimplemento e extinção. Contratos: disposições gerais e extinção.

Ponto V - Interpretação da Lei. Integração do Ordenamento Jurídico. Contratos: disposições gerais e extinção. Atos Unilaterais. Responsabilidade Civil: teoria subjetiva, teoria objetiva ou do risco, sujeitos, dano, nexo de causalidade e indenização.

Ponto VI - Direitos da Personalidade: definição, origem, evolução e características. Posse: conceito, classificação, aquisição, efeitos e perda. Propriedade: conceito, classificação,

aquisição e perda. Direitos de Vizinhança. Condomínio. Propriedade Resolúvel. Propriedade Fiduciária. Servidões. Uso. Usufruto. Direitos Reais de Garantia: penhor, hipoteca e anticrese.

Ponto VII - Fatos Jurídicos. Negócio Jurídico: conceito, representação, condição, termo, encargo, defeitos e invalidade. Casamento. União Estável. Relações de Parentesco. Bem de Família. Direitos da Personalidade: definição, origem, evolução e características. Direitos da Personalidade: definição, origem, evolução e características.

Ponto VIII - Fatos Jurídicos. Negócio Jurídico: conceito, representação, condição, termo, encargo, defeitos e invalidade. Sucessões: noções gerais, espécies, herança, vocação hereditária. Inventário e Partilha. Direitos da Personalidade: definição, origem, evolução e características.

Ponto IX - Relações de Consumo: fundamento constitucional, relação jurídica de consumo, direitos básicos do consumidor, responsabilidade dos profissionais liberais, desconsideração da personalidade jurídica, prescrição e decadência. Fatos Jurídicos. Negócio Jurídico: conceito, representação, condição, termo, encargo, defeitos e invalidade.

Ponto X - Fatos Jurídicos. Negócio Jurídico: conceito, representação, condição, termo, encargo, defeitos e invalidade. Atos Jurídicos Lícitos. Atos Jurídicos Ilícitos. Prescrição e Decadência. Prova. Direitos da Personalidade: definição, origem, evolução e características. Das Pessoas Naturais: personalidade, capacidade e ausência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ponto I:

Ação: teorias, elementos, condições, classificação, concurso e cumulação. Processo: conceito, relação processual, princípios, formação, suspensão e extinção.

Ponto II:

Atos processuais: forma, tempo, lugar, prazos, comunicações dos atos, nulidades e valor da causa. Partes e Procuradores: capacidade processual, deveres e substituição.

Ponto III:

Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de Terceiros: oposição, nomeação à autoria, denúncia da lide e chamamento ao processo.

Ponto IV:

Atos do juiz: sentença, decisão interlocutória e despacho. Competência: conceito, espécies, modificações, prorrogações, declarações de incompetência. Conflito de Competência e de Atribuições.

Ponto V:

Procedimento Ordinário. Petição Inicial. Antecipação de Tutela. Tutela cautelar no processo cognitivo. Resposta do Réu. Pedido contraposto. Revelia. Providências Preliminares. Julgamento Conforme o Estado do Processo.

Ponto VI:

Provas. Audiências. Sentença. Coisa Julgada. Procedimento Sumário.

Ponto VII:

Ação Rescisória. Ação Anulatória. Ações possessórias.

Ponto VIII:

Recursos: disposições gerais, apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Ordem dos Processos no Tribunal.

Ponto IX:

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença: partes, competência, requisitos, responsabilidade patrimonial, disposições gerais e liquidação da sentença. Execução contra a Fazenda Pública. Precatórios. Requisições de Pagamento Imediato. Embargos à Execução Contra a Fazenda Pública.

Ponto X:

Mandado de segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. *Habeas data*.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Ponto I: Direito Individual do trabalho. Fontes, aplicação, interpretação, integração. Princípios. Renúncia e transação.

Ponto II: Relação de trabalho e relação de emprego. Empregado e Empregador. Empregados de empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Ponto III: Contrato de trabalho: conceito, características, duração, remuneração, alteração, suspensão, interrupção e rescisão. Invalidades do contrato de trabalho. Mudança de regime celetista para estatutário. Prescrição e decadência.

Ponto IV: Terceirização: conceito, tipos e efeitos. Entes estatais e terceirização. Contratação temporária. Enunciado 331, IV, do C. TST. Lei 8.666/93, art. 71.

Ponto V: Direito Coletivo do Trabalho. Convenções e Acordos Coletivos. Liberdade sindical. Greve. Categorias. Conceito.

Ponto VI: Processo do Trabalho. Dissídios individuais e coletivos. Nulidades do Processo do Trabalho. Prerrogativas da Fazenda Pública. Organização e competência da Justiça do Trabalho.

Ponto VII: Sistema recursal. Princípios, procedimentos, efeitos. Recursos em espécie: agravo de instrumento, agravo de petição, embargos de declaração, recurso adesivo, recurso ordinário, recurso de revista, recurso de embargos e recurso extraordinário.

Ponto VIII:

Execução trabalhista. Execução contra a Fazenda Pública. Sistema de Precatórios e requisições de pagamento imediato. Execução das contribuições previdenciárias. Embargos à execução. Exceção de pré-executividade.

Ponto IX:

Enunciados, orientações jurisprudenciais e precedentes normativos do TST.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Ponto I: Poder de Polícia – Desvio de Poder – Advocacia de Estado.

Ponto II: Loteamento – Ato Administrativo – Restrições ao exercício da advocacia.

Ponto III: Nulificação e revogação do ato administrativo – Ação Popular – Responsabilidade do Estado por ato de seus agentes.

Ponto IV: Nulificação do ato administrativo (Prescrição e decadência) – Ato administrativo vinculado – Direitos do Advogado.

Ponto V: Advogado de Estado: Independência técnica x subordinação hierárquica – Bens públicos – Defeitos dos atos administrativos.

Ponto VI: Advocacia em causa própria – Alienação de bens públicos – requisição administrativa.

Ponto VII: Juiz, advogado e Ministério Público (submissão hierárquica) – Restrições administrativas ao direito de propriedade – Licitação.

Ponto VIII: Deveres do advogado – Devido processo legal – Requisição administrativa.

Ponto IX: Desapropriação indireta – Administração indireta – Procurador do Distrito Federal (investidura, competência e representação judicial).

Ponto X: Ato administrativo discricionário – Advocacia estatal consultiva – requisição e servidão administrativa.

DIREITO COMERCIAL

Ponto I: Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. Sociedade em conta de participação. Sociedades limitadas. Disposições preliminares da Lei n. 11.101/2005. Efeitos da decretação da falência. Pedido de restituição. Ineficácia e revogação dos atos praticados antes da falência.

Ponto II: Sociedade em comum. Sociedades limitadas. Disposições comuns à recuperação judicial e à falência. Verificação e habilitação de créditos. Administração judicial. Comitê de credores. Recuperação judicial. Procedimento da recuperação judicial: Pedido. Fases. Plano re recuperação. Recuperação extrajudicial. Falência.

Pontos III: Sociedades anônimas. Sociedade em conta de participação. Marcas. Falência. Arrecadação e custódia dos bens. Realização do ativo. Ineficácia e revogação dos atos praticados antes da falência. Pagamento dos credores. Encerramento. Extinção das obrigações do falido. Inabilitação empresarial.

Ponto IV: Inabilitação empresarial. Direitos e deveres do falido. Direito de Empresa. Empresário: caracterização, inscrição e capacidade. Sociedade: conceito, constituição e aquisição da personalidade jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Sociedade simples. Sociedades limitadas.

Ponto V: Sociedade em comum. Sociedades limitadas. Sociedade cooperativa. Sociedades anônimas. Sociedades coligadas. Liquidação, Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão de Sociedades. Institutos Complementares às Atividades Empresariais: registro, escrituração e auxiliares.

Ponto VI: Inabilitação empresarial. Direitos e deveres do falido. Classificação dos créditos. Sociedades limitadas. Institutos Complementares às Atividades Empresariais: registro, escrituração e auxiliares. Marcas.

Ponto VII: Sociedade em comum. Sociedade simples. Sociedades anônimas. Sociedades coligadas. Liquidação, Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão de Sociedades. Falência. Efeitos da decretação. Classificação dos créditos. Marcas.

Ponto VIII: Estabelecimento empresarial. Sociedade em conta de participação. Sociedades anônimas. Sociedades anônimas. Sociedades coligadas. Liquidação, Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão de Sociedades. Inabilitação empresarial. Direitos e deveres do falido. Extinção das obrigações do falido.

Ponto IX: Direito de Empresa. Empresário: caracterização, inscrição e capacidade. Sociedade: conceito, constituição e aquisição da personalidade jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Sociedade em comum. Sociedade simples. Sociedades limitadas. Estabelecimento empresarial.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ponto I: Princípios Constitucionais do Direito Penal.

Ponto II: Norma Penal: espécies, fontes e interpretação. Aplicação da Lei Penal no Tempo e no Espaço.

Ponto III: Conceito de Crime. Teoria Finalista da Ação. Tipicidade: conceito, elementos (culpa e dolo) e excludentes.

Ponto IV: Crime Consumado. Tentativa, Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.

Ponto V: Preterdolo e Qualificação pelo Resultado. Ilicitude: conceito, elementos e excludentes.

Ponto VI: Imputabilidade: conceito e excludentes. Culpabilidade: conceito, elementos e excludentes.

Ponto VII: Extinção da Punibilidade. Medidas de Segurança, espécies e aplicação.

Ponto VIII: Concursos de crimes. Concurso de Pessoas. Sanção Penal: teorias, espécies e aplicação.

Ponto IX: Efeitos Penais e Extrapenais da Condenação.

Ponto X: Ação Penal: conceito e classificação. Representação. Decadência. Perempção. Prescrição. Renúncia e Perdão.

Ponto XI: Espécies de Prisão Processual. Liberdade Provisória. Inquérito.

Ponto XII: Efeitos da Condenação.

Ponto XIII: Processo Penal. Fases. Procedimentos. Suspensão condicional do processo - Lei nº 9099/95.

Ponto XIV: Suspensão condicional da pena (sursis). Livramento condicional.

Ponto XV: Recursos. Espécies. Recursos Constitucionais: Especial e Extraordinário. *Habeas Corpus*: natureza e processamento.